História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)¹

Luã Lança*

A obra, História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958), faz parte do projeto Rede Brasil: inventário nacional do patrimônio cultural da saúde – bens edificados e acervos, 1808-1958, coordenado em plano nacional pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Esse projeto busca produzir trabalhos consistentes de historiografia sobre a memória das instituições de saúde no Brasil e o valor arquitetônico de seus edifícios. Nesse aspecto, a obra corresponde ao braço mineiro do projeto e foi resultado da parceria entre a Casa de Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, concretizada através das pesquisadoras Rita de Cássia Marques, Anny Jackeline Torres Silveira e Betânia Gonçalves Figueiredo, que organizaram o presente livro com a participação de mais três pesquisadores: Braúlio Silva Chaves e Huener Silva Gonçalves, ambos formados em História, e Cláudia Marun Mascarenhas Martins, com formação em arquitetura e urbanismo.

O livro é resultado de pesquisa árdua em diversos arquivos, dado ao fato de muitas instituições e seus prédios não mais existirem e outros tantos reformados e descaracterizados. Situação que tornou a coleta dos documentos uma tarefa trabalhosa e de enorme valor para o resgate das formas originais desses edifícios. Nesse sentido, a obra é resultado de excelente e ambicioso trabalho histórico. São abordados nos primeiros três capítulos a situação da saúde – epidemias e doenças – e as primeiras instituições médicas em Minas Gerais, no século XIX e XX; e, nos quarto e último capítulos, é abordado, especificamente, a relação entre arquitetura e saúde – aspectos assistenciais, higiênicos e sanitários – em cada momento na História de Minas Gerais. O objetivo é expor a relação existente entre a prática médica e as edificações hospitalares para o tratamento da saúde. Feito isso, o quarto capítulo trata, especificamente, da arquitetura sanitária de Belo Horizonte.

Apresenta-se no livro as condições que favoreceram a criação das instituições de saúde no início do século XIX; nesse sentido, esse volume expõe as maneiras que consolidaram os hospitais como centros para o tratamento da saúde e a atuação dos médicos e das práticas de assistências. São relatadas as condições da região de Minas Gerais dentro da relação colônia e metrópole, em específico o papel exercido pelas irmandades religiosas, como entidades assistenciais, e os primeiros espaços dedicados ao cuidado da saúde no século XIX – como a Santa Casa de Ouro Preto e Mariana – de modelo arquitetônico monástico, de clausura. Esse período marca o início do que Silveira e Figueiredo identificaram como “A caridade pública e a assistência hospitalar”. O livro ainda reflete sobre a situação da legislação imperial portuguesa voltada à assistência para a saúde em sua colônia, o que denunciava o descaso institucional assistencial e a busca de legitimação dos médicos enquanto profissionais da saúde. Nesse contexto, surgem as figuras que assumem a função da cura na saúde: os curandeiros e boticários.

É abordado no livro a República, que abre nova fase nessa história da saúde, e Belo Horizonte, fundada em 1897, que é a principal referência de mudança tanto no cenário nacional quanto no estado mineiro. A cidade passou a receber, a partir de 1910, pessoas de diversos lugares do Brasil, e de vários segmentos sociais para se tratarem, assim como alguns estrangeiros. Nesse cenário, aumenta o número de

* Graduando do curso de História, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico.

¹ Marques, R.C; Silveira, A.J.T; Figueiredo, B.G (Org.). **História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 162p.

sanatórios na capital mineira, transformada em palco privilegiado da adequação arquitetônica hospitalar de cunho higiênico – inspirado no modelo arquitetônico francês pavilhonar – amplo e arejado. Logo, a área onde hoje fica o Parque Municipal, se tornou o ponto de instalação de vários sanatórios devido ao clima da região, considerada a Suíça brasileira. Essa situação modela a cidade como um centro de referência de saúde nacional e contribui para a formação médico-científica e institucional da saúde em Belo Horizonte.

Nesse contexto, a cidade recebeu projetos que visavam o estabelecimento de sanatórios, leprosários e hospitais para abrigar os doentes, inclusive os mentais, até então encarcerados em cadeias públicas. Foram criadas as condições para o estabelecimento de instituições de ensino e pesquisa voltadas para essa finalidade. Para os autores, a prática da microbiologia não foi eficaz como eixo guia das discussões sanitárias, para resolver as ameaças que se apresentavam nessa área. A situação exigia a remodelação da participação política do Governo, mudanças efetivadas nas décadas de 1920 e 1930, em meio aos debates sobre a saúde e as questões preventivas e assistenciais. Nesse contexto, com o aumento do número de pessoas que recorrem ao atendimento médico, outro modelo arquitetônico é instalado, o sistema de monobloco em substituição ao modelo pavilhonar anterior. A arquitetura monobloco das novas instituições de saúde privilegiava a construção de prédios de vários andares que visavam fornecer serviços integrados a um menor custo profissional e de equipamento.

A obra ainda traz um CD-ROM com fotos e relatos sobre as instituições e edificações descritas em todo o livro.

No todo, o livro representa grande contribuição para a historiografia da saúde no estado mineiro e da capital Belo Horizonte, ao mostrar a relação existente entre as ciências da saúde e a arquitetura hospitalar, e trazer para o leitor a “história do cuidado” como traço típico do povo mineiro.